

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL: Gêneros e sexualidades em disputa na agenda parlamentar conservadora

Brenda Andrade de Abreu Silva
Universidade Tiradentes (UNIT)

Kellen Josephine
Universidade Tiradentes (UNIT)

América Cardoso Barreto Lima Nejaim
Universidade Tiradentes (UNIT)

Resumo

O trabalho busca responder como se estrutura a estratégia por trás do impedimento da discussão de gênero e sexualidades nas escolas e quais são os interesses envolvidos pelos agentes responsáveis por essa resistência. Trata-se de pesquisa que reúne discussões levantadas por especialistas nas ciências sociais e discursos de alguns dos agentes responsáveis pela articulação do termo ideologia de gênero, além da análise de dados que dimensionam tais discussões no cenário político e sociocultural. Como resultado, evidenciou-se a maneira como a ideologia de gênero, impulsionada no cenário político brasileiro a partir das discussões do PNE – Plano Nacional de Educação e na circulação de *fake news* em torno do antigo projeto Escola Sem Homofobia, se constitui como um instrumento de manipulação social, voltado à disseminação de inverdades a respeito das temáticas de gênero e sexualidades e o seu papel no ambiente escolar, atendendo aos interesses de controle político de alguns agentes através articulação do medo popular para a união de setores sociais no combate à suposta ameaça de violação aos valores religiosos e aos sujeitos infantojuvenis, contribuindo para a inserção do fundamentalismo no espaço público.

Palavras-chave: *Fake News*. Fundamentalismo. Ideologia de gênero.

THE GENDER IDEOLOGY AS A POLITICAL STRATEGY IN BRAZIL: Genders and sexualities in dispute in the conservative parliamentary agenda

Abstract

The work seeks to answer how the strategy behind the impediment of the discussion of gender and sexualities in schools is structured and what are the interests involved by the agents responsible for such resistance. It is a research that brings together discussions raised by specialists in the social sciences and speeches of some of the agents responsible for articulating the term gender ideology, in addition to the analysis of data that dimension such

discussions in the political and sociocultural scenario. As a result, it became evident how gender ideology, driven in the Brazilian political scene from the discussions of the PNE - National Education Plan and in the circulation of *fake news* around the former project Escola Sem Homofobia, constitutes an instrument of social manipulation, aimed at the dissemination of untruths regarding gender and sexuality issues and their role in the school environment, meeting the interests of political control of some agents through articulation from popular fear to the union of social sectors in the fight against the supposed threat of violation of religious values and children and youth subjects, contributing to the insertion of fundamentalism in the public space.

Keywords: *Fake news*. Fundamentalism. Gender ideology.

Submetido em: 01/07/2022

Aprovado em: 11/03/2023

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o grande tabu por trás do ensino de gênero e sexualidade nas escolas, alguns grupos sociais, religiosos e políticos passaram a utilizar esses temas de maneira ilegítima, disseminando *fake news* e dificultando a desconstrução de modelos cisheteronormativos¹ no ambiente pedagógico. Todavia, a vulgarização do termo “ideologia de gênero” traz danos que vão muito além do prejuízo educacional. Uma das grandes influências no rechaço da inclusão da diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais no espaço educacional, e mais que isso, na sociedade como um todo, advém do moralismo religioso presente no setor público, que rejeita qualquer vivência que ofereça ameaça aos ideais protegidos pelo fundamentalismo. Sob a justificativa de proteção de valores tradicionais, da família e dos bons costumes, a interferência ideológica de algumas religiões tem gerado cada vez mais efeitos na política.

O presente trabalho delimita o assunto a partir da utilização da “ideologia de gênero” no cenário político, buscando entender a influência de setores conservadores

¹ Conceito utilizado para nominar a normatividade dada à heterossexualidade e cisgeneridade nas práticas sociais e institucionais, que constituem um “conjunto bem delimitado de normas, reforços e punições” contra indivíduos que não se encaixam em tais recortes (ROSA, 2020, p. 67).

religiosos nas pautas feministas e LGBTQIAP+² e os impactos a partir da utilização dessas pautas por agentes políticos fundamentalistas. Tendo em vista a situação apresentada, o principal objetivo consiste em evidenciar a maneira como a temática de gênero e sexualidade tem sido utilizada como uma espécie de estratégia para atender aos interesses de certos grupos políticos, sendo a presente investigação motivada, portanto, pela intensa movimentação de alguns agentes que, a partir da idiosincrasia religiosa, utilizam-se das demandas das minorias sexuais e de gênero para promover um discurso capaz de provocar pânicos morais, recorrendo ao medo para sustentar o poder da religião e a sua influência social.

O trabalho busca responder como se estrutura a estratégia por trás do impedimento da discussão de gênero e sexualidade nas escolas e quais são os interesses envolvidos pelos agentes responsáveis por tal resistência. Para tanto, constitui-se através de uma pesquisa qualitativa, mediante a utilização do método de revisão bibliográfica do referencial teórico que reúne discussões levantadas em torno da temática por especialistas nas ciências sociais e dos discursos proferidos por alguns dos agentes responsáveis pela articulação do termo, além de pesquisa qualitativa voltada à análise de dados contextualizam as discussões levantadas no artigo no cenário político e sociocultural.

O fundamento para tal arranjo interdisciplinar consiste na qualidade da investigação aqui explorada, que detém natureza explicativa condizente com a essência das questões trabalhadas, dada a sua complexidade, que envolve setores sociais diversos e ímpares, associados de maneira intrínseca. De tal modo, não seria possível o estudo aprofundado sem uma variedade de conceitos que proporcionam uma maior compreensão do problema de pesquisa.

Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos três objetivos específicos, os quais estão divididos em três seções de desenvolvimento. A primeira está voltada para o escopo de informar de que maneira se deu o surgimento da expressão “ideologia de gênero”, bem como mostrou-se necessário explorar a partir de uma subseção como tal terminologia foi construída para atender ao interesse de diversos agentes, interligados pelo fundamentalismo marcante para o alcance de tais objetivos. A segunda seção abrange de maneira prática a potencialidade

² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, *Queer*, *Intersex*, Assexuais, Pansexuais e outras identidades não binárias.

dos discursos relacionados à ideologia de gênero, apontando de que forma, por exemplo, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) utilizou a desinformação para a sua ascensão política, inculcando o “pânico moral” transmitido através de *fake news* em torno dos materiais produzidos pelo projeto financiado pelo Ministério da Educação, em parceria com algumas *ongs*, Escola Sem Homofobia (ESH), fazendo surgir o famoso termo *kit gay*.

Por fim, a terceira seção aborda a maneira como o sofisma da ideologia de gênero tem sido utilizado como estratégia política no contexto brasileiro, comparando com a situação vivenciada em outro país vizinho, a Colômbia, e buscando clarificar a forma como o termo é articulado para atender aos interesses de alguns agentes políticos, facilitando a ocupação do fundamentalismo no espaço público através da distorção das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Como resultados alcançados, acredita-se que foi possível evidenciar a maneira como a ideologia de gênero é constituída como uma resistência de agentes conservadores às propostas de discussão sobre as dissidências de gênero e sexualidade nas escolas, principalmente por fundamentalistas religiosos, de modo a atender aos interesses de controle sociopolítico utilizando a implementação de pânicos morais contra tais políticas de inclusão.

1. ELUCIDANDO O SOFISMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Os debates voltados às liberdades sexuais, incluídos a partir da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial da Mulher, Beijing, 1995, foram o marco para o surgimento da terminologia “ideologia de gênero” (Leite, 2019). Neste sentido, conforme ressalta Amaya (2017, p. 152), o termo foi criado para contrapor as mobilizações em torno de políticas de gênero e sexualidade, denominando aquilo que seria uma espécie de “contra-discurso” propagado por uma variedade de setores tais como as igrejas, partidos políticos conservadores, grupos nacionalistas, entre outros.

Ao mesmo tempo, foi possível observar a pauta de igualdade de gênero tomando maior relevância no setor educacional, a exemplo da inclusão da meta de eliminação, até 2015, das diferenças de gênero na educação primária e secundária, objetivando atingir a

“igualdade entre os gêneros em educação” (UNESCO, 2001, p. 20), nos objetivos do Fórum Mundial da Educação, realizado em Dakar no ano 2000. Ademais, conforme explicam Reis e Eggert (2017, p. 12), os Princípios de Yogyakarta (2007), que tratam sobre a aplicação de Legislação Internacional às demandas relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero, estabelece o reconhecimento das violências contra a população LGBTQIAP+ como violação de direitos fundamentais, prevendo direitos à educação inclusiva e sem discriminação para tal minoria.

No Brasil, os primeiros passos para a implementação de políticas escolares comprometidas ao enfrentamento da discriminação contra minorias sexuais foram dados a partir do Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, lançado pelo Governo Federal, em 2004, cujo plano de implementação propunha em seu item “V” a elaboração de diretrizes capazes de orientar os sistemas de ensino na efetivação de medidas comprometidas com a promoção do “respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual” (Brasil, 2004).

O programa inspirou a criação do projeto Escola sem Homofobia (ESH), financiado pelo Ministério da Educação, o qual foi construído a partir de uma parceria entre a rede internacional *Global Alliance for LGBT Education* (Gale) e as ONGs *Pathfinder* do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade, Reprolatina e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas Travestis e Transexuais (ABGLT), tendo, também, a participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do Ministério da Educação. O ESH tinha como objetivo auxiliar na promoção de ações voltadas à garantia da efetivação de direitos humanos e à “respeitabilidade” de orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes no âmbito escolar brasileiro (MEC, 2009, p. 9).

O projeto contou, então, com a elaboração de um material que formaria a base teórica para o objetivo de introduzir a discussão em torno da diversidade, bem como a eliminação de posturas preconceituosas perpetuadas, sobretudo, pela ausência de acesso a essa temática. Tais instrumentos compreendiam o Caderno Escola sem Homofobia (2009) e o *kit* de ferramentas – composto pelo próprio Caderno, seis *boleshs* – Boletins Escola sem Homofobia, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação. Todos os materiais foram explicados e delimitados no Caderno, que estava

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL

SILVA, B.; JOSEPHINE, K; NEJAIM, A.

CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023

voltado aos gestores, professores e demais profissionais da educação, apresentando parâmetros para a introdução de assuntos como o próprio conceito de gênero, orientação sexual e as desigualdades presentes na sociedade, além de apresentar propostas para a formação de estratégias de enfrentamento à homofobia (CADERNO, 2009, p.13).

Em novembro de 2010 foi promovido o Seminário Escola sem Homofobia, na Comissão de Legislação Participativa do Congresso Nacional, sendo apresentados oficialmente os resultados e materiais produzidos pelo ESH. Como reflexo, foi instaurada a primeira vulgarização dos conceitos utilizados na proposta apresentada pelo projeto, dando origem ao termo *kit gay*, termo responsável pelo que Leite (2019, p. 124) classificou como “pânico moral” em torno da discussão, baseado na ideia de que o Estado financiaria o “desvirtuamento das crianças”, e assim, o projeto passou a ocupar o centro de um grande conflito.

O primeiro discurso promovido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), então deputado na época, sobre o projeto ESH revela a forma como o tema era tratado e repercutido:

Na semana passada, houve reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, com a presença do Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do MEC. Estava presente uma plateia composta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (...) Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade. Esse kit contém DVDs com duas historinhas. Seus filhos de 7 anos vão vê-las no ano que vem, caso não tomemos uma providência agora (BRASIL, 2010).

A partir de então, o projeto Escola Sem Homofobia foi utilizado como uma espécie de subterfúgio para a ascensão de fundamentos sensacionalistas, que estimulariam, inclusive, a suspensão do ESH, em 25 de maio de 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, a pressão da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi fundamental para a suspensão do projeto. Segundo o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da FPE na época, a discussão em torno do ESH foi positiva porque determinou o compromisso do governo de “ouvir todos os segmentos organizados quando for desenvolver programas relacionados a valores e tradições da sociedade brasileira” (NEVES, 2012).

Nesse sentido, em 2013, a ideologia de gênero ganha foco no contexto educacional brasileiro a partir das discussões em torno do Plano Nacional de Educação (LEITE, 2019, p. 127). Após quase dois anos de discussões em torno do PNE – Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, o Senado Federal substituiu a redação original aprovada pela Câmara dos Deputados ao PL nº 8.035, de 2010, a qual incluía as diretrizes de superação da desigualdade educacional pautando-se na promoção da igualdade “racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, adotando como estratégia a erradicação de “todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2013), retirando a redação do inciso III, do artigo 2º os trechos supracitados, bem como extinguiu todas as flexões de gênero, substituindo-as pela forma genérica masculina.

Nesse sentido, ao retornar para a Câmara dos Deputados, na 41ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, realizada em 11 de fevereiro de 2014, a discussão em torno do substitutivo do Senado resultou em diversos discursos voltados à suposta ameaça da ideologia de gênero aos costumes tradicionais e religiosos de alguns deputados, conforme pode ser observado nos discursos dos deputados Marco Atônito Feliciano (PL-SP), Paulo Freire Costa (PL-SP), Pastor Eurico (PL-PE), Eros Biondini (PL-MG), dos ex-deputados Antônio Bulhões (PRB-SP), Marcos Rogério (DEM-RO) e outros (BRASIL, 2014).

Ao retornar à Câmara, nas audiências e debates sobre o referido Projeto de Lei, emergiu-se o fenômeno da ideologia de gênero no cenário sociopolítico brasileiro (REIS E EGGERT, 2017, p. 15), e as discussões acerca da expressão reuniram diversos posicionamentos, deixando de lado, entretanto, a especificação das formas de discriminação que constariam no Plano. Com efeito, a presença das discussões de gênero na educação de crianças e adolescentes se tornou preocupação recorrente de conservadores religiosos, alegando-se que as crianças estariam sujeitas ao fenômeno da ideologia de gênero, que se traduzia em uma ameaça à formação de suas identidades femininas e masculinas (MIGUEL, 2016, p. 599).

Dessarte, o termo ganhou força e serviu como uma oportunidade para o Movimento Escola Sem Partido, surgido em 2004, que impulsionou o alcance do discurso da ameaça comunista na educação, sobretudo a partir das concepções defendidas por Olavo de Carvalho,

ideólogo que se tornou um dos principais “propagandistas” da extrema-direita, para quem “a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista” (MIGUEL, 2016, p. 601).

Portanto, a ascensão do discurso reacionário, embuçado sob o cognome ideologia de gênero, no cenário educacional brasileiro transpassou outras abstrações sensacionalistas, com os mais diversos interesses, ganhando cada vez mais relevância, de modo que passou a integrar a estratégia política adotada por diversos parlamentares, contribuindo, inclusive, de maneira significativa na ascensão do bolsonarismo³, como será melhor elucidado posteriormente (LEITE, 2019, p. 132).

1.1. Desfazendo as falácias

Inicialmente, é preciso destacar o *modus operandi* da tática por trás da “ideologia de gênero”. A estratégia adotada pelos grupos unidos na disseminação de inverdades em torno das liberdades sexuais e de gênero, aliados por interesses que comunicam entre si, atua de maneira calculada, mas *sui generis*. Tais características são percebidas na presença marcante de vertentes opostas em seus discursos, haja vista a pluralidade de pautas abrangidas que ensejam uma dinâmica incisiva capaz de reunir diversos setores da sociedade, como a ciência e a crença, a democracia e o autoritarismo, o liberalismo econômico e o conservadorismo dos direitos privados (MIGUEL, 2016, p. 594).

Essa pluralidade de pautas se faz presente, por exemplo, no discurso do ex-deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) na votação sobre o substitutivo oferecido pelo Senado Federal ao PL nº 8.035/2010:

Como alguém que pode ter, na sua base cristã, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o modelo discriminatório? Não é esse o ponto. É o ponto da manutenção da família tradicional e dos valores que todos nós aqui defendemos [...] para a luta contra a homofobia, estou à disposição do exército que aqui está para ser soldado. Mas, pela inserção, Sr. Presidente, de uma ideologia marxista no Plano Nacional de Educação, pela inserção de uma ideologia de gênero

³ Conforme retratam Adriano de Freixo e Rosana Pinheiro-Machado, trata-se de um fenômeno político transcendente à própria figura de Jair Bolsonaro (Partido Liberal), caracterizado como um sistema de crenças ultraconservador, “que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo” (FREIXO e MACHADO, 2019, p. 12).

no Plano Nacional de Educação, eu sou frontalmente contrário. (Manifestações no plenário.) Sou pai de dois filhos, Sr. Presidente. Tenho, em casa, duas crianças [...] não há preconceito. Há um conceito estabelecido, na minha cabeça, de que uma sociedade cristã, necessariamente, não pode ter a ideologia de gênero inscrita no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

No discurso do ex-deputado, é possível observar a presença do fundamentalismo, que, conforme explica Karen Armstrong (2009, p.7), consiste na imposição de preceitos particulares como maneira de manter a ordem cristã, consubstanciada na repressão de discursos e olhares diferentes sobre a pluralidade de vivências. Nesse sentido, o fundamentalismo se traduz em uma espiritualidade “combativa”, voltada para o enfrentamento de inimigos cujas “políticas e crenças secularistas parecem contrárias à religião”, sendo, portanto, elemento que fornece robustez à ideologia de gênero.

Os fundamentalistas não veem essa luta como uma batalha política convencional, e sim como uma guerra cósmica entre as forças do bem e do mal. Temem a aniquilação e procuram fortificar a sua identidade sitiada através do resgate de certas doutrinas e práticas do passado [...] não são, porém, sonhadores utopistas. Absorveram o racionalismo pragmático da modernidade e, sob a orientação dos seus líderes carismáticos, refinam o “fundamental” a fim de elaborar uma ideologia que fornece aos fiéis um plano de ação. Acabam lutando e tentando ressacralizar um mundo cada vez mais cético (ARMSTRONG, 2009, pp. 7-8).

Ademais, a abrangência de significados se vê presente, inclusive, na construção do termo, pois tanto “ideologia” quanto “gênero” são expressões que comportam diversas possibilidades de compreensão, o que oportuniza o englobamento de múltiplos ideais dentro de um só discurso. Com efeito, tais terminologias são utilizadas de forma distorcida, de maneira que obstam a compreensão das verdadeiras intenções por trás da ideologia de gênero.

Outro fator relevante na repercussão de tal sofisma é a utilização da base construída em torno do projeto ESH para a disseminação de fatos deturpados com o intuito de controlar a opinião pública sobre a temática, de modo que o fenômeno das *fake news* foi utilizado como ferramenta de manipulação do debate público, em meio ao contexto irracional sustentado através de uma legitimidade inventada sobre os materiais que serviriam de base para a implementação do projeto (AZEVEDO; LIMA, 2020, p. 3). O termo *fake news*, conforme elucidam Dourado e Gomes (2019, p.5), reservou-se:

[...] para designar os relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir, principalmente os relatos inventados, alterados e difundidos com os propósitos políticos [...] a escolha desta expressão, contudo, acrescenta outra característica, advinda da noção de “news” (notícia), a ideia já conhecida de relatos formalmente factuais que praticam a contrafação de inventar ou alterar os fatos a que pretensamente se referem

A produção de conteúdo falso com a intenção de desinformar a população sobre a temática de gênero e sexualidade foi estrategicamente utilizada para o enaltecimento da emoção em torno do assunto, tornando-o delicado e servindo para alimentar a necessidade de valorização de ideais por parte de setores sociais conservadores. Assim, a verdadeira face da questão foi relativizada em detrimento às novas semânticas dadas a partir da opinião de certos grupos para a realidade, fazendo parte da era de pós-verdade⁴, onde o imaginário popular e o direito de opinião servem como fonte criadora para a percepção dos fatos, ignorando as evidências que refutam tais perspectivas (AZEVEDO; LIMA, 2020, p. 7).

Todavia, ainda há que se considerar a necessidade de convencimento através da legitimação do discurso de ódio, frente à característica abrangente dos mais variados princípios em torno do conservadorismo, bem como em função da perda do monopólio religioso apresentado a partir da secularização (TOSI, 2018, p. 22). De tal maneira, a utilização de termos com algum teor científico, característico da ideologia de gênero, é a forma encontrada pelo fundamentalismo para viabilizar discursos hegemônicos, tratando-se, em verdade, de violências voltadas à eliminação de existências que podem ameaçar a normatividade dada às pessoas cisheterossexuais⁵ (PEREIRA, 2018, p. 40).

Exemplo disso observa-se na presença de critérios biologizantes no discurso proferido pela ex-ministra da mulher, família e direitos humanos, Damares Alves, em sua posse ao cargo, onde apresentou a famosa frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, prosseguindo “fiz uma metáfora contra a ideologia de gênero, mas os meninos e as

⁴ Terminologia definida pelo dicionário da Universidade de Oxford para se referir às “circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou às crenças pessoais” (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 2016).

⁵ A utilização deste termo no presente trabalho serve para denominar pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, pessoas cisgênero, que, ao mesmo tempo, são heterossexuais.

meninas podem vestir azul, rosa, colorido, enfim, da forma que se sentirem melhores” (HANCOCK, 2019).

A utilização do termo “ideologia” pode ser justificada pois este, conforme explica Marilena Chauí (2016, p. 247), corresponde a um *corpus* de representações e normas que definem o modo de pensar, agir e sentir dos indivíduos por ele alcançados. Ou seja, seria uma maneira determinada de percepção da existência que acaba por guiar a maneira como as pessoas vivem, como percebem a realidade e as atitudes que reproduzem. A ideologia, no entanto, não é algo que se impõe de maneira forçosa, sendo necessária a capacidade de produzir um “imaginário coletivo” para validar-se e legitimar a divisão social.

Segundo Pascale Gillot (2009, p. 95), em sua análise sobre a ideologia althusseriana⁶, a ideologia é a “representação da representação” da vida real, e a sua materialidade consiste na medida em que ela só existe por meio de práticas, condutas. Daí surge a preocupação pela supressão das dissidências sexuais e de gênero, podendo ser explicada pela perspectiva de que, para os fundamentalistas, a multiplicidade dos sujeitos, e, logo, de outras experiências da realidade, “representações”, ameaçam os seus valores através da democratização das disposições socialmente instituídas pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) – escolar, religioso, familiar, da informação, sindical, cultural.

A ideologia de gênero passa, nesse sentido, a desempenhar papel substancial na associação dos interesses religiosos e políticos, de modo que o poder presente na religião, sobretudo de controle de valores sociais e administração do medo, associa-se com a possibilidade dada através da política de sua atuação pública, sem que haja, no entanto, o controle constitucionalmente definido através da laicidade. Assim, o fundamentalismo dos agentes políticos permite a sobrepujação dos ideais religiosos em relação aos demais direitos inerentes à condição humana, servindo como uma ameaça ao Estado democrático de direito (TOSI, 2018, p. 37).

A eficácia da deturpação dos termos consiste, portanto, na propagação da ideia de que as orientações sexuais e identidades de gênero destoantes fazem parte da ideologia de

⁶ Diz respeito à teoria do filósofo Louis Althusser sobre ideologia, descrita em seu texto “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, de 1970. Segundo Gillot (2013, p. 8), a ideologia seria considerada como “um princípio da reprodução das relações de produção e de manutenção da ordem socioeconômica”.

certos grupos, os quais representam uma ameaça ao fundamentalismo pela abrangência de realidades e liberdades, contrapondo os dogmas e enfraquecendo parte do poder religioso enquanto determinante das práticas e crenças individuais. Nesse contexto, os conceitos desenvolvidos e utilizados para estudos de gênero e sexualidade são subvertidos, têm o seu sentido axiológico banalizado, corroborando para a propagação da opressão contra mulheres e a população LGBTQIAP+.

2. AS *FAKE NEWS* E A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO (PL)

No contexto eleitoral, é possível observar a ação hegemônica e a propagação de desinformação utilizando a ideologia de gênero para a ascensão de candidatos conservadores, os quais fazem uso de valores cristãos para incutir o “pânico moral”. Tais candidatos prometem combater os avanços em termos sexuais e de gênero para atender a uma doutrina religiosa hétero/cisnormativa, formando um espetáculo mediante discursos de intolerância e de repressão contra outras manifestações da sexualidade e do gênero, alegando a proteção de valores tradicionais cristãos, a defesa da família, da moral e dos bons costumes (Leite, 2019, p. 124).

Todos esses artifícios são empregados como forma de gerar um temor na população, para que tais agentes sejam reconhecidos como intercessores que previnem a ameaça da diversidade, ou até mesmo como “mitos”, como é o caso do ex-deputado e ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em sua campanha para as eleições de 2018, Bolsonaro se utilizou do estratagema formado em torno do projeto ESH (Escola Sem Homofobia), envolvido em polêmicas e apelidado de *kit gay*. As manifestações da sexualidade e gênero infantojuvenis foram utilizadas como forma de visibilização para o atual presidente, que afirmou em entrevista ao jornal Estado de São Paulo (GODOY, 2017), a influência determinante da utilização do referido termo, cunhado por ele, para a sua eleição.

Bolsonaro afirmou “o *kit gay* foi uma catapulta na minha carreira política”, tornando evidente a maneira como a *fake news* em torno do ESH foi fundamental para o seu desempenho político, até então quase desconhecido. Conforme apontam Azevedo e Lima (2020), a conjuntura tecnológica permite que a produção de notícia, descentralizada e

incongruente, seja feita a partir da perspectiva e o interesse do seu produtor, e foi exatamente isso que ocorreu com o famoso *kit gay*, cunhado pelo ex-presidente. Segundo a reportagem de Godoy (2017), o *post* publicado em sua rede social *Facebook*, em 10 de janeiro de 2016, intitulado "Livros do PT" alcançou cerca de 38,4 milhões de pessoas e o vídeo apresentado na referida publicação foi visualizado por 8,2 milhões, compartilhado por mais de 283 mil pessoas, tornando-se um recorde para o então deputado.

De tal maneira, torna-se evidente a maneira como a referida *fake news* foi essencial para a ascensão do bolsonarismo no cenário político brasileiro, eis que fomentou a sua fama e o alcance do seu discurso. Ademais, aliada a outras notícias falsas sobre o processo eleitoral⁷, a referida notícia serviu para enfraquecer a confiança da população no processo democrático, gerando o conseqüente sentimento de vulnerabilidade, deliberadamente aproveitado por Bolsonaro para obter o sucesso nas eleições.

A forma como foi utilizado para a propagação de *fake news* torna clara a conotação preconceituosa por trás da campanha do *kit gay*, pois foram divulgados, através de uma entrevista concedida pelo então candidato Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional, da Rede Globo, e disseminados nas redes sociais, supostos “materiais” que, segundo essas falsas notícias, seriam utilizados em escolas da rede pública para crianças, numa parceria entre o ESH e o MEC. Tais materiais envolviam a distribuição do livro “Aparelho Sexual e Cia”, de autoria da ilustradora francesa Hélène Bruller e ilustrado por Zep, que, segundo o deputado, seria distribuído pelo Ministério da Educação nas escolas da rede pública nacional, as mamadeiras com bico de borracha em formato de pênis, denominada de “mamadeira de piroca” (RODRIGUES, 2019), que seriam distribuídas em creches, dentre outras falácias que foram divulgadas (WILKE, 20, p. 388). Destarte, as *fake news* serviram não somente para impulsionar o temor social em torno do gênero e da sexualidade, mas também para suscitar o preconceito e a intolerância contra os sujeitos dissidentes (AZEVEDO; LIMA, 2020, p. 13).

Tais instrumentos serviram como base para a disseminação de uma argumentação voltada à existência de uma “orquestração gay e feminista” que supostamente defende “a

⁷ Aqui se refere às *fake news* que circularam durante o período das eleições de 2018 afirmando uma suposta possibilidade de fraude, apontando para falhas nas urnas eletrônicas que levariam Bolsonaro à derrota no segundo turno, disputado contra o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad (DOURADO, GOMES, 2019, p. 14).

sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família” (LEITE, 2019, p. 130). Assim, os pânicos morais são articulados de maneira que fortaleça a imagem de um Estado apoiador e financiador do “desvirtuamento” de crianças e adolescentes. Por conseguinte, tais discursos perpassam a base exclusivamente religiosa e incidem em uma pretensa base científica (LEITE, 2019, p. 130).

O discurso da ideologia de gênero também foi utilizado para atribuir a candidatos opositores rumores de aliciamento infantojuvenil, defesa da pedofilia, entre outras acusações, como foi percebido em 2018 nos ataques ao candidato Fernando Haddad, bem como ao Partido dos Trabalhadores (LEITE, 2019, p. 132). Segundo a pesquisa realizada pela Avaaz em parceria com a empresa IDEIA Big Data, 83,7% dos eleitores de Jair Bolsonaro acreditaram na informação de que Haddad teria distribuído o *kit gay* em escolas quando era ministro da educação (UOL, 2018).

Assim, a interferência de tais discursos e valores religiosos presentes na política tende à coibição de vivências que se distanciam de seus ideais, sobretudo na pauta para a inclusão das discussões de gênero e sexualidade nas escolas, que, segundo o ex-deputado João Campos (PSDB-GO), serviriam para a “produção de material para induzir nossos filhos, utilizando a rede pública, a serem homossexuais” (GUIMARÃES, FALCÃO, 2011).

Isso significa que a ideologia de gênero corresponde a mais uma técnica de manipulação do preconceito social em torno das discussões de gênero e sexualidade, explicitamente propagada por agentes políticos em favor de seus ideais fundamentalistas, que indicam à conservação de uma hétero/cisnormatividade. Tal estratégia vem impactando outros âmbitos sociais além das igrejas, como ambientes pedagógicos e até mesmo as eleições, sendo um artifício para o controle do entendimento popular.

3. A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA E A AMPLIAÇÃO DO FUNDAMENTALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO

Conforme atesta Tosi (2018, p. 36), a política, inclusive num regime democrático, não é uma atividade exclusivamente racional, dependendo da identificação coletiva gerada através do compartilhamento de sentimentos, valores e crenças, de modo que a religião continua exercendo papel relevante no meio político através da sua serventia como poderoso

instrumento de poder e de crítica ao poder. Assim, a associação entre política e religião para atingir objetivos em comum, depende do apelo ao estado emocional popular.

Concernente às temáticas de gênero e sexualidade, os valores sexuais e “eróticos”, conforme a ampliação da temática proposta por Gayle S. Rubin (1998, p. 143), estão ligados às disputas religiosas de “séculos anteriores”, de modo que carregam demasiado valor simbólico e são comumente utilizados para dispersar as “ansiedades sociais”, direcionando a sua intensidade emocional para o assunto. “Eles estão imbuídos de conflitos de interesse e manobra política, ambos deliberados e acidentais.” (RUBIN, 1998, p. 143). Tal tática não seria tão eficaz se não fosse pela ideologia fundamentalista religiosa que influi nos costumes e na cultura, preservando pensamentos intolerantes e sugestivos por outros âmbitos conservadores.

Nesses termos, o efeito de tais políticas pode ser observado até os dias atuais, visto que práticas e manifestações dissidentes ainda são consideradas como uma ameaça, inferiores num sistema de hierarquização das “vivências”⁸ (LEITE, 2019, p. 130). Quando Rubin (1998, p. 143) afirma ser o sexo sempre político, torna-se verossímil a constatação de que as discussões em torno da temática que incluem as questões de gênero e os estudos *queer*⁹, também são políticas, de modo que podem ser utilizadas para a reivindicação de direitos e políticas públicas, ou, a depender da finalidade, para a promoção de discursos repressivos que ensejam o temor na população.

Sendo político, o sexo pode ser tratado de maneira diferente de acordo com o período histórico ou o âmbito sociocultural, podendo ser “mais fortemente contestado e mais abertamente politizado” (RUBIN, 1998, p. 143). Nesses termos, a temática em torno da abrangência das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar apresenta um

⁸ Utiliza-se o termo “vivências” para englobar as diversas possibilidades de manifestação de orientações sexuais e identidades de gênero.

⁹ O termo *queer* possui sentido original como algo estranho, excêntrico, e era utilizado para depreciar homossexuais a partir do século XIX. Entretanto, tal termo passou a ser ressignificado por grupos LGBT em meados da década de 80, de modo que, atualmente, denota “uma teoria que busca estabelecer princípios e criar dispositivos que levem a uma ruptura de valores impostos pela *doxa*” (FIGUEIREDO, 2018, p.43). Nesse sentido, Leandro Colling (2018, p. 517) indica a diversificação por trás dos estudos *queer*, reafirmando que tais estudos são diversos e estão pautados na crítica à neutralização das expressões de gênero e das orientações sexuais, de modo que abrangem às suas múltiplas identidades, sem colocá-las em categorias consideradas estáveis.

contexto propenso a despertar sentimentos e opiniões polêmicas, capazes de atingir as mais variadas camadas sociais, como tem ocorrido no cenário político brasileiro na última década.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) revelou que os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro contrários aos direitos humanos geravam uma repercussão maior do que os demais temas abordados pelo candidato, como a apologia à ditadura e golpe militar, à tortura, ao uso de violência e apoio aos direitos dos militares.

O estudo revela que o destaque de Bolsonaro avançou significativamente a partir de 2011, ampliando a sua presença na imprensa. Segundo a matéria divulgada por André Shalders (2018) no site da BBC News Brasil, as declarações anti-direitos humanos de Jair Bolsonaro resultaram no total de 80 (oitenta) aparições naquele ano, máximo já alcançado pelo ex-agente político. Esses discursos podem ser lidos na repressão do ex-presidente às minorias sexuais, mulheres, negros, e outras figuras minoritárias. Na época, o projeto de lei destinado à implementação do Plano Nacional da Educação estava sendo discutido no Congresso Nacional, conforme apontado no primeiro tópico do presente artigo, indicando que a utilização da famosa ideologia de gênero gerou certa influência na visibilidade do agente político.

Numa outra pesquisa realizada pelo jornal Estadão (GODOY, 2017), restou constatado o impacto da *Fake News* sobre o *kit gay* nas redes sociais do ex-presidente, mostrando um alcance de 38.228.609 pessoas em janeiro de 2016, post intitulado “*Kit Gay para as escolas*”. Tais dados revelam a dimensão da eficácia que a ideologia de gênero dispõe enquanto artifício de visibilização por parte de agentes políticos, os quais articulam o “pânico moral” em torno dos debates sexuais e de gênero para atrair a atenção popular e midiática aos interesses intrínsecos de grupos conservadores (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2019, p. 68).

O uso da ideologia de gênero como meio de manipulação social e estratégia política não é um fenômeno exclusivo do cenário brasileiro, sendo um evento transnacional (BIROLI, 2018, p. 87). Estudar a maneira como o termo é utilizado e os seus efeitos no contexto internacional proporciona maior compreensão do alcance do termo em diferentes contextos políticos e socioculturais, e a maneira como a articulação da pauta é fomentada para se adaptar a diferentes interesses.

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL

SILVA, B.; JOSEPHINE, K; NEJAIM, A.

CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023

Como exemplo dessa utilização, em 2016, na Colômbia, a ideologia de gênero foi fundamental para a articulação de fenômenos sociopolíticos paralelos (AMAYA, 2017, p. 151), pois o país se encontrava em um momento delicado com o início das votações para o plebiscito de paz entre o Governo e as Farc-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo)¹⁰. Conforme explica Amaya (2017, p. 151), a Colômbia discutia de maneira concomitante temas relacionados à sexualidade e ao gênero nas escolas, com a revisão de manuais de convivência, através da solicitação da Corte Constitucional ao Ministério da Educação. Tal como ocorreu no Brasil, com a propagação do termo *kit gay* — utilizado para macular o projeto Escola sem Homofobia (ESH) — a terminologia "ideologia de gênero" se popularizou no país através da divulgação de supostas cartilhas com conteúdo inadequado para crianças e adolescentes (EL TIEMPO, 2016).

Segundo Amaya (2017, p. 157) o impacto resultante da utilização do termo, aliado à propagação de *fake news* sobre os conteúdos que seriam distribuídos nas escolas colombianas, refletiu em uma espécie de identificação de públicos mais modestos no âmbito político através do alerta para uma possível exposição de conteúdos eróticos para crianças e adolescentes. Segundo o jornal *El Tiempo*, a presença do termo gênero no documento serviu como subterfúgio para que alguns agentes políticos colombianos utilizassem a ideologia de gênero, já inserida na aversão popular, para atender ao interesse pelo voto negativo nas regiões em que as igrejas católicas teriam maior influência.

Nesse sentido, o contexto colombiano retratado permite compreender como o sofisma consegue reunir uma variedade de pautas sociais em um só objetivo, evidenciando a maneira como o termo ganha forças e os impactos que podem ser causados a partir da sua utilização na política. Como ocorreu nas eleições presidenciais de 2018 do Brasil — onde o ex-presidente Jair Bolsonaro se valeu do que chamaria de *kit gay* para assustar a população brasileira sobre as políticas de combate à discriminação de jovens e crianças LGBTQIAP+ nas escolas e se eleger com a promessa de “proteção” da família e dos costumes tradicionais

¹⁰ Traduzido de “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo”, corresponde, segundo o seu próprio estatuto, a “um movimento político-militar que desenvolve sua ação ideológica, política, organizacional, propagandística e guerrilha armada, de acordo com a tática de conjugar todas as formas de luta de massas pelo poder do povo” (FARC-EP, 1978-2007, p. 2).

— a ideologia de gênero também foi utilizada como estratégia política para obter resultados em outros setores na Colômbia.

No contexto brasileiro, o crescimento das religiões neopentecostais, aliado à candidatura de seus representantes e a sua ocupação nos meios de comunicação, serviu como ambiente ideal para a investidura do fundamentalismo na emoção e crença populares, de modo que tem ganhado cada vez mais espaço no contexto político nacional (AZEVEDO; LIMA, 2020, p.8). Os impactos de tal movimentação podem ser observados com a criação de uma Frente Parlamentar Evangélica (Bancada Evangélica) no Congresso Nacional. Conforme a influência de grupos e instituições religiosas passa a exercer um papel significativo em processos eleitorais e na gestão governamental, “principalmente por meio das bancadas religiosas no poder legislativo e suas interferências em determinadas matérias de interesse público”, a hostilidade contra as minorias sexuais e de gênero passa a produzir efeitos mais significativos (MUSSKOPF, 2013, p.158).

Consoante foi abordado nos tópicos anteriores, a ideologia de gênero gerou grande impacto na campanha política de Jair Bolsonaro. A estratégia esteve vinculada aos preceitos fundamentalistas estimulados pelo ex-presidente a partir da propagação de *fake News* e da expressão de valores religiosos em detrimento à democracia e às instituições legais:

Se querem que eu escolha isso, apresente uma emenda à Constituição e modifique o artigo 226. Lá não está escrito que a família é homem e mulher. Mesmo mudando isso, como não dá para emendar a Bíblia, vou continuar acreditando na família tradicional (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

A fala expressa como a aliança entre Jair Bolsonaro e as grandes lideranças evangélicas, como o deputado Silas Malafaia, resultou na utilização de sua imagem como uma espécie de “propaganda” e “produção intelectual cristã”, que, segundo esclarecem Shiota e Pozzmozzter, “têm em seus cernes um caráter fundamentalista e autoritário” (2020, p.394).

Essa movimentação pode ser compreendida através da análise espinosana¹¹ da filósofa Marilena Chauí (2004, p. 23) em relação à condição de origem e a forma do poder

¹¹ Correspondente à compreensão de Baruch de Espinoza (1925) sobre a ligação entre política e teologia, de modo que a Marilena Chauí apresenta a maneira como o autor aponta para o medo e a esperança como origem

teológico-político que se sustenta no medo. Tal sentimento, sustentado em virtude da incerteza que a humanidade suporta em relação à percepção da realidade, marcada por uma imprevisibilidade e incerteza dos acontecimentos, constitui a gênese da superstição, de maneira que, em busca de superar tais sensações e buscar o conforto em algo “determinado”, muitas pessoas acabam encontrando “esperança” nos fundamentalismos religiosos que ressurgem, nesse sentido, não somente na “esfera privada e moral, mas também na esfera pública da política”.

Segundo o entendimento espinosano, a forma mais eficaz para dominar as pessoas é mantê-las no medo e na esperança, e que tal método se torna mais efetivo se aliado à ao controle de suas fontes, de modo que aqueles que ambicionam tal dominação devem estabilizar “as causas, as formas e os conteúdos do medo e da esperança”. Segundo a autora, tal estabilização se dá através da religião (CHAUÍ apud ESPINOSA, 2004, p. 25). Destarte, a oposição às discussões de gênero e sexualidade no âmbito escolar são utilizadas como fonte do “medo” que fortalece o retorno do teológico-político e a presença do fundamentalismo no espaço público, pois serve como fator relevante na mobilização da população conservadora em uma espécie de “guerra” contra o desvirtuamento de crianças e adolescentes.

A estratégia, nesse sentido, apesar de não ser o único fator relevante, influenciou o resultado das eleições de 2018. Jair Bolsonaro foi eleito com 57.797.847 votos, vencendo o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad (G1, 2018). No cenário atual, as referências ao sofisma ideologia de gênero ainda se mostram presentes no discurso do ex-presidente. Em palestra dada no *Conservative Political Action Conference* (CPAC), maior encontro de conservadores do mundo, Bolsonaro ratificou: “não queremos ideologia de gênero, queremos os filhos crescendo à semelhança do pai e as filhas crescendo à semelhança da mãe” (SANCHES, 2023), revelando o seu apego à técnica que se fez tão relevante na sua ascensão política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

da superstição, que, conseqüentemente, influi diretamente na dominação da humanidade pela religião (CHAUÍ apud ESPINOSA, 2004, p. 25).

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL

SILVA, B.; JOSEPHINE, K; NEJAIM, A.

CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023

É possível observar que a terminologia “ideologia de gênero” surge como uma resposta de setores conservadores aos debates voltados às liberdades sexuais e igualdade de gênero, servindo como uma espécie de resistência aos avanços que estavam sendo gerados a partir do reconhecimento e valorização das minorias dissidentes. Entretanto, tal termo passa a ser mais presente no contexto nacional a partir da busca pela implementação de políticas pedagógicas voltadas à inclusão de tais discussões nas escolas, de modo que a criação do projeto Escola Sem Homofobia acaba servindo como subterfúgio para a ascensão do termo enquanto uma possível ameaça para crianças e adolescentes.

De tal maneira, verificou-se como a temática das minorias sexuais e de gênero no âmbito escolar se tornou uma constante preocupação de agentes religiosos conservadores que, inseridos no setor político, assumem um discurso de defesa da moral, da família e dos bons costumes, conforme observou-se nas discussões em torno do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, destinado à elaboração e implementação do PNE – Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 e na circulação de *fake news* em torno do antigo projeto Escola Sem Homofobia, resultando na criação da terminologia *kit gay*, e a atribuição da sua circulação ao candidato do PT, Fernando Haddad, servindo como meio de visibilização e ascensão política do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Nesse contexto, verificou-se a forma como a ideologia de gênero passa a ser utilizada como estratégia política, pois é capaz de gerar pânicos morais e manipular o entendimento popular. A utilização de *fake news* contribui para a propagação do temor contra as discussões de gênero e sexualidade, tendo em vista a manipulação de notícias sobre a temática, distorcendo a sua importância e propagando a ideia de ameaça.

Percebe-se, também, que a utilização da ideologia de gênero como forma de “demonização” das discussões de gênero e sexualidade contribui para o crescimento do fundamentalismo no espaço público, uma vez que funciona como articulação para a influência de grupos e instituições religiosas em processos eleitorais e na gestão governamental, através da estabilização de sentimentos como o medo e a esperança na população e fomenta o fortalecimento de preceitos religiosos, a ponto de conceder à crença o poder de determinar não somente o espaço privado, mas também o público.

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL

SILVA, B.; JOSEPHINE, K; NEJAIM, A.

CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023

Destarte, verifica-se a ameaça disposta através da presença do fundamentalismo na esfera política de que a religião possa novamente exercer o poder que detinha no espaço público, de modo a vincular a sociedade como um todo aos seus dogmas, pondo em risco o próprio Estado Democrático de Direito. Tal possibilidade se vê presente no constante retrocesso pregado pelo fundamentalismo religioso, aliado a diversos agentes conservadores que utilizam, dentre outros mecanismos, a ideologia de gênero como escusa para subjugar alguns direitos conquistados pelas minorias, entre eles a laicidade do Estado e de todas as suas esferas.

Por fim, acredita-se que o presente trabalho foi capaz de responder ao problema de pesquisa disposto, tendo em vista que a análise resultante evidenciou a maneira como a ideologia de gênero desempenha um papel substancial na associação dos interesses religiosos e políticos, de modo que o poder presente na religião, sobretudo de controle de valores sociais e administração do medo, associa-se com a possibilidade dada através da política de sua atuação pública, servindo como estratégia política de diversos agentes, que distorcem os estudos em torno do gênero e sexualidade e impedem que a democratização do ambiente pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAYA, José Fernando Serrano. 2017. **La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos**. Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro. Nº 27.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. Editora Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Mauri de Castro; LIMA, Marcus Antônio Assis. **Fake news e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos nas eleições de 2018**. Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-14, abr.-jun. 2020. Disponível em: <<https://revistaseletronica-pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/35546>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**, Brasília, DF, 2004.

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL

SILVA, B.; JOSEPHINE, K; NEJAIM, A.

CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto De Lei N.º 6.583, De 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1174409&filena me=Avulso+-PL+6583/2013>. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Nota taquigráfica relativa aos discursos foram proferidos na Comissão Especial para a discussão do Projeto de Lei nº 8035/2010, realizada em 11.02.2014**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/plano-nacional-de-educacao/comissao-especial-pl-8035-2010-ano-de-2014>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Nota taquigráfica relativa à Sessão 208.4.53.**O. Discurso de Jair Bolsonaro**. Data da reunião: 30/11/2010. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ%3E>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Câmara dos Deputados. **Sugestões de emendas das entidades ao PL 8.035/2010**. Brasília, s.d. 2011d. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/documentos/outros-documentos/sugestoes>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013b.

CHAUI, Marilena de Souza. **Ideologia e Educação**. Revista Educação e Sociedade n. 5. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1980.

_____. **O retorno do teológico-político**. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 93-134.

COLLING, Leandro. **Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil**. História do Movimento LGBT no Brasil, 2018, p. 515-531.

DA MAIA, Gabriela Felten; MACHADO, Maria Luiza Adoryan. **Psicologia e “ideologia de gênero”**. Revista de Antropologia, v. 62, n. 3, p. 558-583, 2019.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Sexualidade, cristianismo e poder**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. V. 10, n 3, 2010.

DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. **O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica. Brasília, DF, 2019. Disponível em <http://compolitica.org/novo/anais/2019_gt6_Dourado.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

EL TIEMPO. **Así votaron el plebiscito las ciudades con más iglesias**. Disponível em:<<https://www.eltiempo.com/especiales/votaciones-del-plebiscito-de-las-iglesias-51472>>. Acessado em: 08 de março de 2023.

_____. **Verdades y mentiras em el debate sobre las cartillas de los colegios**. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/vida/educacion/cartillas-y-textos-del-ministerio-de-educacion-diversidad-sexual-en-colegios-37113>>. Acessado em: 08 mar. 2023.

FARC-EP, F. A. R. de C. E. del P. **Estatuto das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia**, Ejército del Pueblo (1978-2007). InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 2, n. 1, p. 540–551, 2017. DOI: 10.26512/insurgencia.v2i1.19025. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19025>. Acesso em: 3 out. 2021.

FELICIANI, Márcia Zanin; SCHIRMER, Leandra Cohen; DALMOLIN, Aline Roes. **A atuação de Silas Malafaia contra o PLC 122: análise de suas páginas no Twitter e no Facebook**. PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, ano 7, n. 13, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler**. Criação & crítica. n. 20, 2018, p. 40-55. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/download/138143/139436/>>. Acesso em: 19 out. 2021.

FONSECA, Tereza Cristina Amaro. **Inconstitucionalidade do conceito de família adotado pelo projeto de lei n. 6583/2013 no que tange à exclusão das famílias homoafetivas**. UFRGS. Departamento De Direito Privado E Processo Civil. 2018. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/174641>>. Acesso em: 19 out. 2021.

FREIXO, Adriano de; MACHADO, Rosana-Pinheiro. **Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso**. In: FREIXO, Adriano de. MACHADO, Rosana-Pinheiro (orgs.). Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019b. p. 9-24.

GILLOT, Pascale. **Althusser e a psicanálise**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

GODOY, Marcelo. **Um fantasma ronda o Planalto**. Estadão, 2017. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>>. último acesso: 08 mar. 2023.

GUIMARÃES, Larissa. FALCÃO, Márcio. **Em protesto contra 'kit gay', bancada evangélica mira Palocci**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/920455-em-protesto-contr-kit-gay-bancada-evangelica-mira-palocci.shtml>>. Acessado em: 08 mar. 2023.

HANCOCK, Jaime Rubio. **Os meninos não se vestiram sempre de azul, nem as meninas de rosa**. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596_209570.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-na-marcha-para-jesus.shtml>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Jair Bolsonaro é eleito presidente com 57,8 milhões de votos. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

LEITE, Vanessa. **“Em defesa das crianças e da família”**: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos ‘conservadores’ em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latino-americana, nº 32, 2019.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. **Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”**. Correlation, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 65, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”**: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. Direito e Práxis. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 25 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Caderno Escola Sem Homofobia**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

MUSSKOPF, André S. **Relação entre diversidade religiosa e diversidade sexual: um desafio para os direitos humanos e o Estado laico**. Estudos de Religião, v. 27, n. 1, 2013, p. 157-176.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares.. **Homofobia religiosa e direitos LGBT:** notas de pesquisa. *Latitude*, 2013, 7(1), 33-51.

NEVES, Maria. **Minorias são destaque na Pauta da Câmara.** Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/227712-minorias-sao-destaque-na-pauta-da-camara/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti. **Ciência, Fundamentalismo religioso e Diversidade. A apropriação de discursos científicos-biológicos para a produção de ódio e violência contra as sexualidades e gêneros dissidentes nas mídias sociais.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista.** São Paulo: Recriar, 2020.

PY, Fábio; SHIOTA, Ricardo; POSSMOZER, Michelli. **Evangélicos e Governo Bolsonaro: aliança nos tempos de COVID-19.** *Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 22, n. 2, p. 384-406, 2020.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. **Ideologia de gênero:** uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, vol. 38, no 138, 2017.

RODRIGUES, Cris. **Neste 1º de abril, relembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil.** *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>. Acessado em: 09 mar. 2023.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. **Cisheteronormatividade como instituição total.** *Revista Pet de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba*, v. 18, n. 2, p. 67, ago. 2020.

RUBIN, Gayle. **Thinking Sex:** notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P.M. & SCHNEIDER, B.E. (eds.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York, Routledge, 1998.

SANCHES, Mariana. **Missão na Presidência ainda não acabou, diz Bolsonaro em evento conservador nos EUA.** *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cprv0145gn7o>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SHALDERS, André. **Governo Bolsonaro: como o destaque da imprensa às polêmicas ampliou a fama (e o eleitorado) do presidente.** BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45986698>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

TOSI, Giuseppe. **Religião e política: três possíveis relações.** Religare, João Pessoa, v. 15, n. 2, dez., p. 382-421, 2018.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação para Todos: o compromisso de Dakar.** Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001. 20 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

UOL. **Pesquisa mostra que 84% dos eleitores de Bolsonaro acreditam no kit gay.** Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay/>>. Acesso em 08 mar. 2023.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. **No tempo das fake news e da pós-verdade – política, democracia e literacia midiática.** In S. Pereira (Ed.), Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 5.º congresso (pp. 381-398). Braga: CECS, 2019.

SOBRE AS AUTORAS

BRENDA ANDRADE DE ABREU SILVA

Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes – UNIT (2021) com bolsa integral PROUNI. Pesquisadora na área de gênero e sexualidade, foi bolsista no projeto de extensão "TransJus" (2018-2019) e no projeto de pesquisa "A construção da visibilidade da população LGBT no Brasil: Uma análise a partir de pesquisa jurisprudencial no período de 2011 a 2018" (2019-2020), bem como foi voluntária do projeto de pesquisa "Identidade de Gênero, Sexualidade e Direito: o acolhimento de estudantes TRANS nas Universidades de Aracaju" (2017-2018).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5652-3861>

E-mail: brenda.aabreus@gmail.com

KELLEN JOSEPHINE

Mestra em Direito (concentração em Direitos Humanos) pela Universidade Tiradentes – UNIT (2017) com bolsa CAPES. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Social da Bahia (2014). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2002). Atualmente é Professora no Curso de Direito da Universidade Tiradentes –

A IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL

SILVA, B.; JOSEPHINE, K; NEJAIM, A.

CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023

UNIT/SE e da Faculdade de Direito 8 de Julho, onde leciona as seguintes disciplinas: Teoria Geral do Processo, Processo de Conhecimento, Meios de Impugnação das Decisões Judiciais, Procedimentos especiais e Execução e Cumprimento de Sentença. Foi Professora Substituta no Curso de Direito da UFS de 2017 a 2019.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1697-3435>

E-mail: kellenmunizyahoo.com.br

AMÉRICA CARDOSO BARRETO LIMA NEJAIM

Advogada; Professora, Pesquisadora e Palestrante. Doutoranda em Direito pela UFBA. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2013). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Tiradentes – UNIT (2000). Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (1997). Conselheira Federal da OAB (2022-2025). Secretária da Comissão Especial de Processo Civil – OAB Nacional (2022-2025). Presidente da Comissão de Processo Civil da OAB de Sergipe (2022-2025). Vice-Presidente da Associação Brasileira Elas no Processo (ABEP). Líder do grupo de pesquisa “Novos Paradigmas da Justiça e Cooperação Judiciária Nacional”, pela Universidade Tiradentes. Atualmente é professora da Universidade Tiradentes (UNIT) e da Faculdade 8 de Julho.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2594-5583>

E-mail: americanejaim@gmail.com

□

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.